VIA MUNDI

ISSN 1518-1227 Nº 9 JULHO-SETEMBRO – 2002

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

A ALCA, o Parlamento e a política externa brasileira*

Rogério de Souza Farias**

O livro aqui resenhado é o resultado dos trabalhos desenvolvidos em seminário realizado nos dias 23 e 24 de outubro de 2001, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Nele, estiveram presentes o mais alto escalão do governo brasileiro, grandes nomes da academia brasileira e estrangeira, diplomatas estrangeiros e representantes de setores da sociedade diretamente interessados nas discussões. Essa pluralidade também refletiu-se na composição das mesas, o que favoreceu o debate, que foi polarizado, mas muito produtivo.

Um dos aspectos que merece grande consideração na análise desse esforço empreendido pela Câmara, com assistência do Itamaraty, é algo que transcende os limites dos painéis do seminário, mas que está patente em todas as intervenções dos parlamentares presente: a forma pela qual o Congresso Nacional se relaciona com as suas obrigações constitucionais em relação aos acordos celebrados pelo Poder Executivo.

Isso porque a atuação do Congresso Nacional como mero “ratificador” de tratados negociados pelo Executivo começa a ser questionado não só por cada vez maiores parcelas da sociedade brasileira, como pelos seus próprios representantes[1] . No Brasil e na maioria dos países, a competência particular do Executivo em celebrar atos internacionais pode deixar o Congresso em uma posição de grande alienação em relação ao papel e o posicionamento que o país tem nas suas relações internacionais. Isso tem uma grande conveniência para o Congresso em um grande número de casos, já que a sua extensa e complexa agenda seria abarrotada de discussões técnicas, as quais não teriam impactos substantivos se comparados a outros assuntos de sua pauta.

O grande problema é que com o avanço da interdependência econômica e as sucessivas negociações de acordos comerciais, cada vez mais abrangentes e com impactos mais profundos na legislação desses países, se observa que as relações e

---

* Resenha de CINTRA, Marcos, CARDIM, Carlos Henrique, orgs. *Seminário: O Brasil e a ALCA*. Brasília: Câmara dos Deputados, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 508p. ISBN: 85 7365 188 1.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

[1] Como disse o Presidente da Câmara Aécio Neves, “ (...) não se poderá jamais prescindir do concurso direto e permanente do nosso parlamento na condução e no acompanhamento das negociações. Cabe ao Poder Legislativo a insubstituível tarefa de conceder voz e representação aos cidadãos brasileiros (...), p.18”.

negociações ocorridas no plano multilateral estão tendo que mudar sistematicamente a legislação nacional. Como até então o Poder Legislativo não acompanhava com a devida atenção essas negociações, a mudança de aspectos relevantes da legislação estava acontecendo fora do âmbito das discussões do Congresso configurando uma grave deficiência da competência expressa no inciso I do artigo 49 da Constituição do Brasil[2] .

Essa preocupação por parte dos parlamentares tem como principal argumento o fato do Congresso ser "(...) o canal de veiculação da vontade popular"[3] . O grande interesse do Parlamento brasileiro é, desse modo, um maior acompanhamento das negociações que estão acontecendo no plano multilateral, com explicações sobre como o Itamaraty está pautando a posição brasileira[4] , além de alguns parlamentares quererem mais peso por parte do Congresso na definição dos interesses dessas negociações conjuntamente com os outros órgãos executivos. Essa é uma questão bastante controversa em que pesam argumentos muito convincentes em relação à concepção contrária[5] .

Como qualquer assunto em que, em última instância, se fala do bem estar de toda população, a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – é a linha de frente do debate tanto do modelo econômico que teria como resultante empírica a concretização de um possível acordo de livre comércio[6] como a maneira pela qual o Brasil se inseriria nas suas relações com as diversas entidades do sistema internacional. Assim sendo, é natural que se observe tanto no debate ocorrido no seminário como nos trabalhos apresentados os antagonismos idiossincráticos desses diferentes posicionamentos.

Pode-se observar isso, por exemplo, nos trabalhos de Gilberto Dupas[7] e de Paulo Roberto de Almeida que mesmo abordando questões diferentes – o primeiro a experiência do NAFTA e o segundo as perspectivas das negociações da ALCA no âmbito do MERCOSUL – utilizam pressupostos sensivelmente divergentes em relação à questão da aplicabilidade de barreiras protecionistas no desenvolvimento de ciclos de industrialização e nos benefícios de desenvolvimento de arranjos regionais de liberalização comerciais.

O desenvolvimento desse diálogo entre esses dois pólos, no entanto, não se conduz sem a existência de maus entendidos e o trabalho apresentado por Murilo Celso, Presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, é um exemplo disso. De acordo com ele, a ALCA "atenta contra a soberania das nações de economias mais frágeis", além de afirmar que essa "imensa armadilha" vai de encontro aos princípios constitucionais – como o dos direitos dos trabalhadores – que seriam proscritos se o país for "signatário de um acordo subserviente e absolutamente desigual como a ALCA".

Essa visão contrasta nitidamente com o status que a ALCA tem de um processo de negociação que seria consolidado pelo fruto dos entendimentos dos países em 2005. Não se pode criticar algo que hoje só existe como uma minuta "acolchetada" como se fosse uma realidade consubstanciada. Fora isso, a construção de um modelo de desenvolvimento econômico "alternativo" com "mecanismos de auto-financiamento" como o seu trabalho sugere conforma uma posição bastante anacrônica, dado o estado de comprometimento em que se encontra o Brasil nas negociações de derrubadas de barreiras comerciais. Como o Deputado Marcos Cintra afirma, o Brasil só aceitaria uma ALCA se ela for conveniente com os seus interesses.

Analisando os outros trabalhos, é perceptível a desenvolvimento de vários assuntos que tiveram impactos notáveis no desenvolvimento das negociações após o seminário. Um primeiro é o alcance de longo prazo que os atentados de 11 de setembro teriam na pauta de prioridades do governo

---

[2] "Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional".

[3] Texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 563/2002 que observa, conjuntamente com a PEC 557/2002, uma clara disposição de restrição por parte do Congresso de algumas atividades dos outros dois poderes que deveriam ser de competência, se não única, mais privilegiada do Congresso.

[4] Lembrar, por exemplo, a apresentação do Embaixador José Alfredo Graça Lima no Congresso sobre a reunião ministerial da OMC ocorrida em Doha.

[5] O Congresso não disporia de um corpo técnico suficiente para avaliar acordos, de forma que não favoreceria um processo consistente de maneira rápida, além de abarcar diversos grupos que têm peso suficiente para evitar todo acordo que seja nocivo a seus interesses, mas fosse benéfico para a sociedade brasileira.

[6] O trabalho do Deputado Marcos Cintra, p.77, relata os principais argumentos das duas correntes.

[7] "As práticas e retóricas sobre protecionismo e livre-mercado estão claramente associadas aos interesses das potências hegemônicas de plantão (...)" p.150.

estadunidense no longo prazo[8] . Tendo em vista o apoio que o Presidente Bush obtivera do seu Congresso em suas políticas de combate ao terrorismo, restaria indagar se ele iria aproveitar o momento para tentar passar a autoridade necessária para uma maior credibilidade na negociação do acordo[9] .

Foram muito bem observadas as assimetrias entre as economias participantes desse processo de integração, mas para alguns isso não implicaria necessariamente nenhuma ALCA assimétrica nas mesmas proporções[10] em relação à divisão de benefícios gerado pelo acordo, enquanto para outros elas limitariam os parâmetros dos resultados favoráveis da ALCA para as economias menores.

A questão da negociação da ALCA também foi considerada em um quadro inédito de convergência de três grandes negociações simultâneas – nova rodada de negociações da OMC, ALCA e a terceira dentro do acordo União Européia e MERCOSUL – em que o desenvolvimento de uma poderia imputar uma variação dos posicionamentos dos atores nas demais[11]. Fica demonstrado que tanto a posição americana quanta a européia em relação a temas sensíveis – como agricultura, anti-dumping e subsídios – terão que ser tratados no âmbito da OMC[12] .

Como foi bem observado pelo trabalho de Thorstensen, o MERCOSUL tem um papel fundamental nas negociações da ALCA, não só para agregar mais peso aos interesses brasileiros como também para estruturar uma dinâmica de consulta e acomodação de interesses desses países que serão úteis para futuras negociações do bloco.

Quanto ao desenvolvimento e coordenação de entendimentos na América do Sul, o texto de Giannetti da Fonseca enuncia uma fórmula bastante interessante, que vem sendo apresentada por diversos políticos e acadêmicos: é a de incentivar um avanço da integração regional em âmbito sul-americano que poderia “alavancar uma integração mais vantajosa na ALCA”, p.195. Para ele, isso poderia ser feito por uma concessão pelo Brasil de um acesso preferencial aos mercados do país em troca de um mandato “em nosso favor para a negociação da ALCA”. Ainda que o mercado brasileiro não seja tão atrativo em relação ao estadunidense, essa proposta teria que levar em conta a capacidade da economia em absorver as importações advindas desses países sem causar prejuízos significativos às empresas do país, além de também colocar em questão a disposição do governo brasileiro em fazer mais concessões unilaterais no plano comercial – o que implicaria certas limitações dessa proposição que, no entanto, teria grande validade nos termos da integração sul americana.

Em todo caso, é observável nos trabalhos apresentados uma falta de manifestações em relação ao impacto que as eleições no Brasil teriam no processo negociador brasileiro e a influência que teria uma crise tanto na Argentina quanto no Brasil para a coordenação da negociação no âmbito do MERCOSUL. Isso não se dá somente pelas mudanças que poderiam ocorrer em face de uma vitória de um candidato que seja hostil à maneira pela qual o projeto está sendo empreendido até então. O grande problema seria possíveis mudanças dessas posições que poderiam advir de uma possível fuga maciça de capitais e uma fragilização do sistema financeiro argentino e brasileiro, como acontece. Talvez, esse esforço de reflexão tenha inexistido principalmente na confiança quase generalizada que o processo eleitoral não teria impactos significativos na confiança dos investidores.

O livro, portanto, é de grande qualidade tanto pela diversidade de enfoques como pela experiência dos autores nas diversas esferas de conhecimento sendo, dessa forma, um material obrigatório para os que se interessam não só pela ALCA em si, mas também pela maneira que a inserção do Brasil estará se conduzindo no novo século.

---

[8] “ (...) profundo rearranjo das prioridades e interesses da sociedade norte-americana ensejado pelos trágicos eventos de 11 de setembro” , p.187, por Roberto Giannetti da Fonseca

[9] O Trade Promotion Authority – TPA – que foi sancionado pelo Presidente Bush, após aprovação do Congresso, em agosto de 2002.

[10] “É plausível que uma negociação assimétrica redunde em resultados simétricos de modo a atender as partes mais fracas (...)”, p.193

[11] “(...) um jogo onde o Brasil atua, certas vezes sozinho, outras coordenando como MERCOSUL, diante de três tabuleiros diferentes de xadrez, confrontando um número diverso de parceiros e com peças e estratégias que se entrelaçam, dentro de um grande jogo internacional” como observa Thorstensen, p.471.

[12] Há uma diferença de abordagem quanto à prioridade sendo para alguns a ALCA “o principal desafio da diplomacia comercial brasileira”, p.192, enquanto para outros “o maior dos desafios, sem dúvida, será o da OMC, com o lançamento de uma nova rodada de negociações”, p.484.

As três vertentes da proteção internacional dos direitos humanos: direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados*

Danilo Rocha Limoeiro**

Imbuídos do espírito iniciado pela II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), os três co-autores pretendem na obra traçar um quadro geral de evolução, estado atual e perspectivas do sistema de proteção internacional dos direitos humanos. Para tal, a ênfase é dada na evolução histórica, bem como a inter-relação entre o que se convencionou denominar de as três vertentes deste sistema, quais sejam: o direito internacional dos direitos humanos; o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário.

A obra conta como co-autores Antônio Augusto Cançado Trindade, Gérard Peytrignet e Jaime Ruiz de Santiago. O primeiro é um eminente jurista brasileiro, doutor em Direito Internacional pela Universidade de Cambridge (Prêmio York), atual Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Professor Titular da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco e autor de vasta obra sobre Direito Internacional e Direitos Humanos, se destacando *O Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Gérard Peytrignet é um economista suíço, membro do quadro permanente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) desde 1980. Já ocupou numerosos cargos de considerável importância nesta organização, sendo que atuava, na época de lançamento desta obra, como Chefe da Missão do CICV no Sri Lanka. É ainda autor de vasta literatura na área de Direito Humanitário e ainda foi conferencistas em vários seminários internacionais sobre esta matéria. Jaime Ruiz de Santiago é um jurista mexicano, Professor Titular da Universidade Iberoamericana do México, membro do quadro permanente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, tendo já publicado numerosos estudos no campo do Direito (em especial sobre Direito dos Refugiados).

O livro se divide em três partes. A primeira, a cargo de Cançado Trindade, tem como desígnio dissertar sobre a aproximação ou convergência das três vertentes da proteção internacional dos direitos humanos. A segunda parte, de responsabilidade de Gérard Peytrignet, se relaciona ao Direito Internacional Humanitário. Jaime Ruiz de Santiago se encarrega da terceira parte, onde discorre sobre o direito internacional dos refugiados em sua relação com os direitos humanos e em sua evolução histórica.

Na primeira parte, Cançado Trindade critica a doutrina clássica dos direitos humanos no que tange a sua visão compartimentada destes direitos, principalmente devido à ênfase nas origens históricas destas três vertentes (de forma simplificada, é possível afirmar que o direito humanitário tem como origem a proteção dos indivíduos em situações de conflito armado, o direito dos refugiados protege os direitos de indivíduos que saíram de seus países de origem devido a determinadas circunstâncias e os direitos humanos, em sentido estrito, tem como origem a proteção do ser humano frente ao poder estatal). O autor, ao contrário, advoga que estas três vertentes são indissociáveis e complementares. Cançado Trindade ainda caracteriza o que ele denomina de convergência entre estas três vertentes, convergência esta que pode ser dada nos planos normativos, hermenêuticos e operacionais.

---

* Resenha de CANÇADO TRINDADE, A. A., PEYTRIGNET, G., RUIZ DE SANTIAGO, J. *As Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos Humanos; Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados.* Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados: San José, Costa Rica, 1996. 289p. ISBN: 9977962863.

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

Na parte seguinte, a cargo de Gérard Peytrignet, discorre-se sobre o desenvolvimento histórico do Direito Internacional Humanitário (DIH), que tem como principais instrumentos legais as quatro Convenções de Genebra, de 1949, e seus dois protocolos de 1977. Ademais, o DIH se autodefine como um "direito realista", que não pretende eliminar a guerra, mas sim atenuar os malefícios e sofrimentos que ela promove. Peytrignet relata o desenvolvimento histórico, a estrutura institucional e as atividades do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, principal instituição internacional de implementação e monitoramento do DIH. O autor ainda apresenta os princípios e as principais normas do DIH, como o princípio da proporcionalidade e a proibição de ataques indiscriminados as populações civis bem como a proibição da tortura, homicídio, tratos desumanos e experiências biológicas. Por fim, o autor exemplifica casos de aplicação do DIH através das atividades do CICV, como o que aconteceu nas Malvinas (1982), no golfo Pérsico (1990-1991), na ex-Iuguslávia (1991-1993) e na Somália (1992-1993).

A última parte, Jaime Ruiz de Santiago disserta sobre os aspectos históricos da proteção internacional dos direitos humanos, sua evolução no Sistema da ONU e em sistemas regionais. Apresenta também a evolução da proteção internacional do refugiado no âmbito nível global, através da Convenção de Genebra sobre o Estatuto do Refugiado, de 1951, e seu Protocolo de 1967. Ambos formando o principal arcabouço jurídico do Direito Internacional do Refugiado. Por fim, Ruiz de Santiago analisa os sistemas regionais de proteção do Refugiado, dando ênfase ao sistema interamericano.

Em suma, é possível afirmar que a obra atinge seus propósitos, sendo bastante necessária para se ter uma noção geral do que são e como se relacionam as três grandes vertentes da proteção internacional dos direitos humanos. Apesar de algumas partes serem apenas descritivas, como a que discorre sobre o Direito Internacional Humanitário, podem-se observar passagens imbuídas de análise crítica, que apresentam avanços doutrinários, como a de responsabilidade de Cançado Trindade. Não menos notável é a apresentação, por parte de Ruiz de Santiago, do panorama histórico, do fim da Segunda Guerra aos dias atuais, da evolução das discussões e conceitos *vis-à-vis* a construção do sistema internacional dos direitos humanos.

O REL-UnB

Os estudos na área de relações internacionais e política exterior do Brasil fazem parte de uma das mais fortes tradições da Universidade de Brasília – UnB. A vizinhança dos centros decisórios de poder nacional (Poder Executivo, Congresso Nacional, Tribunais Superiores) e a presença do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, permitem uma projeção privilegiada para a reflexão especializada feita na UnB – tanto que o seu Departamento de Relações Internacionais é o mais antigo e mais importante centro especializado do Brasil e um dos mais tradicionais da América Latina. Fundado em 1974, o REL mantém um Bacharelado e um programa de pós-graduação em Relações Internacionais (especialização e mestrado), que já formaram mais de mil profissionais, em sua maior parte atuando junto às agências do Governo Federal, no Ministério das Relações Exteriores, em organizações internacionais, empresas públicas e privadas e organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras.

Para conhecer as atividades e detalhes dos programas de capacitação e de pesquisa do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, visite a sua homepage em http://www.unb.br/ipr/rel

Amanhã o mundo? Uma análise da produção histórica recente sobre as os objetivos internacionais da Alemanha nazista

João Fábio Bertonha*

No gênero literário conhecido como “história alternativa”, um dos filões mais explorados é a apresentação de mundos onde a Alemanha teria ganho a Segunda Guerra Mundial. A partir dessa vitória, os autores têm grande liberdade de criação para imaginar o mundo de hoje onde os cenários variam desde uma Europa nazista vivendo uma guerra fria com os Estados Unidos a um mundo dividido entre Alemanha e Japão (com a linha divisória bem no centro dos Estados Unidos) e até um Império nazista global que exterminaria rapidamente todos os povos não arianos.

Apesar da diversão que esse gênero de ficção científica pode proporcionar, o historiador não tem tanta liberdade para extrapolar livremente e um dos objetivos da historiografia que aborda a Alemanha nazista tem sido estabelecer, a partir dos documentos disponíveis, os reais objetivos internacionais desse Estado e o tipo de mundo que se poderia esperar se ele tivesse vencido o conflito. Diversas pesquisas têm sido realizadas recentemente sobre o assunto e é a intenção fazer um balanço de alguns textos recém lançados a respeito.

O primeiro problema é definir o grau de planejamento estratégico da Alemanha de Hitler. Para alguns autores, o nazismo não tinha um projeto ou plano definido de conquista do mundo, sendo seus atos de agressão pura improvisação. Tal teoria dificilmente se sustenta, pois, se algumas das conquistas nazistas na Europa ocidental e balcânica foram sido, em boa parte, motivadas pelo oportunismo e por necessidades econômicas e militares imediatas, as tradições geopolíticas alemãs e a ideologia nazista forneceram ao menos algumas idéias base de como o III Reich deveria se comportar no mundo.

Nesse sentido, a maioria dos historiadores concorda com um plano minimamente consistente de domínio da Europa, com sua remodelação política e racial, e a conquista de um espaço vital na Rússia. Dentro dessa visão, o ataque nazista à URSS não foi simplesmente uma ação impensada ou oportunista, mas um cálculo cuidadoso dentro de um programa de criação de um Império.

Autores como Norman Hillgruber e Klaus Hildebrand já trabalharam esse plano nazista e demonstraram como essa idéia de usar o Leste Europeu como a base do futuro Império mundial alemão já estaria nos planos de guerra do Kaiser em 1918, o que indicaria que, se os objetivos de longo prazo do Estado nazista (a reordenação racial do mundo) diferiam da tradição da política exterior alemã, nada se poderia dizer das estratégias de curto e médio prazo para transformar a Alemanha num Estado continental, as quais estariam presentes no pensamento estratégico da Alemanha desde o Segundo Império.

Recentes trabalhos, como o de Randall Schweller, reforçam essa idéia. Baseando-se num sistema de modelos, ele procura demonstrar como, em 1938, o mundo era tripolar: Estados Unidos, União Soviética e Alemanha detinham mais de 70% do poder mundial. Nesse cenário, que teria sido claramente percebido por Hitler, a Alemanha poderia ter escolhido entre a segurança e o Império mundial. A segunda opção teria sido a escolhida. Inicialmente, um dos pólos (a URSS) seria incorporado, com substancial aumento dos recursos a disposição da máquina militar alemã e criação de uma potência continental. Depois, seria criado um mundo bipolar Alemanha/Estados Unidos até que este último oponente pudesse ser eliminado.

O que pode ser considerado relativamente consensual na historiografia, portanto, é que Hitler tencionava, com a conquista da URSS e

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

da Europa, reunir os pré-requisitos territoriais e populacionais para a criação de uma superpotência alemã, como já esboçado nos trabalhos de Hillgruber (1973) e Hildebrand (1981) e também no de Michaelis (1972). Vejam-se também os textos reunidos em Koch (1985) em que tal proposta é reforçada por Schweller (1997). Poucos trabalharam, contudo, com o problema das pretensões globais da Alemanha nazista. E depois da União Soviética, quais seriam as metas do nazismo?

Hillgruber e Hildebrand propuseram a existência de um cuidadoso plano nazista – *Stufenplan* – de dominação do globo. Nesse plano, a Alemanha se expandiria em estágios cuidadosamente planejados – restauração do poder nacional, controle da Europa central, hegemonia continental, ocupação da URSS européia e conquista final do planeta. Schweller tenta reforçar esse raciocínio, apesar de seus elementos serem bastante frágeis.

Geoffrey Stoakes (1986) critica essa idéia de um plano preciso de conquista global do mundo pela Alemanha. Para ele, historiadores como Hildebrand e Hillgruber pecaram por excesso de especulação. Sem dúvida, a ideologia nazista deixava implícito que a raça ariana deveria vencer e submergir as raças inferiores. Isso aconteceria, porém, num futuro incerto e não implicava a conquista total do planeta pelo Estado alemão. O objeto central do Estado nazista seria simplesmente se tornar um dos poderes dominantes da Terra, reunindo recursos para garantir a evolução e o progresso da raça ariana. Para isso, o espaço russo e a população européia seriam imprescindíveis. Para além desse ponto, só existiriam especulações. O *Stufenplan* de Hillgruber seria pura criação desse autor e as referências à conquista de bases na África em 1940 seriam mais medo da intervenção americana no espaço alemão do que indícios de uma "passagem de nível" no plano, com intenções reais de ataque ao continente americano.

É justamente a partir das preocupações alemãs a respeito de bases nas ilhas atlânticas portuguesas e espanholas e no Nordeste africano em 1940/41 que Norman Goda (1998) defende a tese das preocupações globais do Reich, que iriam além de simples especulação. Para ele, a preocupação com tais bases, mais os planos militares alemães de pós-guerra – que previam a construção de uma esquadra de alto mar e de bombardeiros de longo alcance – indicam que a confrontação com a América já era vista como dentro de um futuro previsível. Planos claros nunca teriam sido feitos – no que seu trabalho se diferencia da escola de Hillgruber, mas os projetos de expansão em direção a estas áreas indicam seu caráter ofensivo, de preparação para uma luta global com os Estados Unidos, que já estava sendo vista no horizonte.

É efetivamente difícil acreditar que os nazistas tivessem um plano perfeito e articulado de conquista do mundo. Por outro lado, podem-se localizar tendências claras dentro do expansionismo nazista, facilmente identificáveis na sua ideologia. Nesse sentido, não há dúvida de que, na ideologia nazista, nada menos do que o domínio do mundo seria aceitável, com a eliminação total do judaísmo e a supremacia da cultura e da raça superiores, Rich (1973); Weinberg (1995). Ao mesmo tempo, os recentes trabalhos deixam claro como os nazistas eram suficientemente razoáveis para compreender que essa vitória estava distante, sendo necessário antes conquistar maiores elementos de poder, na Europa Oriental.

Stoakes está certo ao propor que Hitler, provavelmente, não imaginava a sua Alemanha como senhora do mundo, mas como um dos poderes dominantes. Para além desse passo, é difícil acreditar que existissem mais do que especulações e idéias sobre o domínio futuro da raça ariana. Por outro lado, como demonstra Goda, a não existência de planos fechados não significa que não se possam identificar tendências e caminhos. E este caminho inevitavelmente seria o da tentativa de domínio global e o da confrontação com os Estados Unidos nas margens do Atlântico e na América Latina.

A América Latina é, aliás, um aspecto fundamental da questão que os autores poderiam ter estudado com mais ênfase. Ela é virtualmente ignorada nos trabalhos de Goda, Schweller, Stoakes e outros, o que espanta, pois um estudo mais aprofundado das intenções nazistas para a América Latina – campo óbvio para o conflito teuto-alemão – poderia ajudar a compreender melhor seus desígnios mundiais.

Há indícios de que Berlim nunca teve planos reais de invadir a América Latina ou de usar as comunidades alemãs do sul do Brasil ou da Argentina como quinta coluna – Rich (1974);

Gertz (1987); Desch (1993). Mesmo na época da II Guerra Mundial, a preocupação imediata do governo americano não era de uma invasão alemã. Imaginava-se que qualquer conquista nazista na América Latina se daria inicialmente através de um aumento de influência econômica e política, seguido por insurreições lideradas pelos colonos alemães locais. Só então se poderia pensar num desembarque de tropas da Wehrmacht e uma ameaça direta ao território americano. Vários livros já trabalharam isto – Gellamn (1979); Haglund (1984) – e o recente trabalho de Michael Desch (1993) é bem incisivo nesse ponto, ressaltando, como esse plano coerente e articulado nunca existiu. De qualquer forma, a América Latina tinha importância estratégica para o Reich e, com certeza, teria ainda mais no futuro. Os Estados Unidos teriam sido negligentes com sua própria segurança se não tivessem prestado atenção nessa ameaça.

A ausência de planos definidos de conquista da região demonstra como realmente a única política consistente da Alemanha era a conquista da URSS. A idéia de bases da África e do Atlântico como arma ofensiva perde credibilidade quando não há sequer especulações sérias para o seu uso na invasão do subcontinente. A sua transformação de instrumentos defensivos em ofensivos, contudo, poder-se-ia dar quando as condições se revelassem favoráveis e o caminho lógico da agressão seria a América Latina. Hitler falou muitas vezes num Brasil alemão – Michaelis (1973), p. 333 – e seria quase impossível, para uma Alemanha vitoriosa, não pensar na recuperação do sangue germânico perdido na América do Sul. O conflito final entre as duas superpotências pelo domínio do globo seria muito provável e a América Latina um de seus campos de guerra, fria ou quente. “Podemos ter um século ou mais de lutas a nossa frente”, disse Hitler certa vez. Provavelmente, ele estava certo.

Em resumo, o que fica claro no estudo desse tema é que, apesar dos documentos serem, seguramente, a base do trabalho do historiador, nem sempre ele são imprescindíveis para este trabalho. Com o conhecimento das tendências e informações fragmentárias, muitas vezes o historiador pode ser capaz de identificar os futuros que teriam sido possíveis – e também aqueles mais prováveis – a partir de uma dada situação histórica. Uma certeza completa do que poderia ter acontecido, contudo, é privilégio do místico ou romancista e não do historiador.

Bibliografia Citada

DESCH, Michael. *When the third world matters – Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore; London: Johns Hopkins University, 1993.

GELLMAN, Irwin. *Good neighbour diplomacy. US policies in Latin America, 1933-1945.* Baltimore; London: The John Hopkins University, 1979.

GERTZ, René. *O fascismo no Sul do Brasil – Nazismo, germanismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GODA, Norman. *Tomorrow the world – Hitler, Northwest Africa and the path toward America.* College Station: University of Texas, 1998.

HAGLUND, David. *Latin America and the transformation of US strategic thought, 1936-1940.* Albuquerque: University of New Mexico, 1984.

HILDEBRAND, Klaus. *The Foreign Policy of the* Third Reich. Berkeley: University of California, 1973.

HILLGRUBER, Andreas. *Germany and the world two world wars*. Cambridge: Harvard University, 1981.

KOCH, H.W. *Aspects of the Third Reich*. London: McMillan, 1985.

MICHAELIS, Mir. “World Power status or World dominion? A survey of the literature on Hitler’s Plan of world domination”. In *The Historical Journal*, v.15, n.2, 1972, p.331-60.

RICH, Norman. *Hitler’s war aims. Ideology, the nazi state and the course of* expansion. London;New York: Norton & Company, 1973.

___. *Hitler’s war aims. The Establishment of the New Order*. New York: Norton, 1974.

SCHWELLER, Randall. *Deadly Imbalances: tripolarity and Hitler’s strategy of world conquest.* New York: Columbia University, 1997.

STOAKES, Geoffrey. *Hitler and the quest for World Dominion.* Leamington: Berg, 1986.

WEINBERG, Gerhard. *Germany, Hitler and World War II*. Cambridge, Cambridge University, 1995.

*Confronto de Fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade**

Gustavo Henrique Cocentino Ramos**

Os leitores, que vêm cuidadosamente observando o raciocínio apresentado nos ensaios e artigos do escritor paquistanês Tariq Ali, conseguem perceber que sua notoriedade, em círculos intelectuais brasileiros e em parte do mundo ocidental, não significa o auge inopinado de um "vidente" acadêmico ou pensador medíocre que se apresenta como dissidente em temas internacionais, muito menos de um utopista que emerge do vácuo defendendo teses radicais e logo alcança vender, a grupos supostamente considerados insurgentes de diferentes regiões e crenças, obras com interpretações fabulosas, cujos argumentos não se sustentam após escrutínio rudimentar.

Era presumível que algumas de suas elaborações mais críticas lograssem vigorosa publicidade no contexto imediatamente posterior aos recentes ataques terroristas perpetrados em marcos da hegemonia econômica e militar norte-americana. Contudo, o autor vem há bastante tempo apresentando indignação quanto às idéias ortodoxas ocidentais destacadas como verdades inquestionáveis no universo das relações políticas, econômicas e culturais entre os povos. Ademais, trata-se de um escritor privilegiado por haver vivenciado experiências ímpares em distintas culturas. Como se pode averiguar nas páginas de seus livros, sua perspectiva acerca do Islã e das contradições das políticas de livre-mercado promovidas pelas potências ocidentais foi construída também através de encontros em momentos históricos com personagens importantes, como Benazir Bhutto e Indira Ghandi, peculiaridade que lhe confere maior autoridade para formular certas observações aprofundadas sobre este tema.

Nascido muçulmano, optou pelo ateísmo em uma Lahore cosmopolita sob domínio britânico. Posteriormente, Tariq Ali educou-se em Oxford e é hoje editor da *New Left Review*, prestigiosa revista inglesa de esquerda, na qual se destacam, entre outros pensadores, Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Edward Said. De caráter internacionalista, mas tradicionalmente vinculada de forma independente ao trabalhismo inglês, a publicação tem manifestado duras críticas à versão thatcherista do New Labour adotada pelo Premier Tony Blair que, como aponta Tariq Ali, mantém a Grã-Bretanha como um confederado militar dos Estados Unidos. A Governança Progressista e a alardeada Terceira Via, idealizada e difundida pelo sociólogo Anthony Giddens, da London School of Economics & Political Science, mostram-se mais inclinadas ao novo liberalismo de von Hayek do que à velha social-democracia, e por isso são alvos constantes de críticas do autor e colaboradores do periódico.

Confronto de Fundamentalismos, seu mais recente livro de um conjunto de obras que inclui biografias, peças de teatros, romances e roteiros para cinemas, vai além de uma mera provocação ao *establishment* norte-americano e europeu. O título não sugere nenhuma concordância com afirmações sobre o choque entre uma civilização moderna *versus* outra atrasada, monolítica e fundamentalista, tese defendida por "vendedores de civilização" e incorporada na prática de governo de conservadores norte-americanos inspirados nos escritos de Samuel Huntington, por sua vez denominado ironicamente como "intelectual de Estado", incluindo-se também na categoria Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski e Francis Fukuyama.

---

* Resenha de ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade.* Rio de Janeiro: Record, 2002. 479p. ISBN 85-01-06407-6.

** Doutorando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe da Universidade de Brasília – CEPPAC-UnB.

Trata-se, originalmente, de um confronto entre distintos fundamentalismos. Implica uma outra forma para compreender o *clash*, conforme título original, não apenas entre as culturas não ocidentais e fundamentalistas, mas entre estas e um Ocidente ortodoxo: "Combater um fanatismo direcionado e implacável tornando-se igualmente fanático e implacável não ajudará a causa da justiça nem trará a democracia", p.12. A tese pode ser entendida com clareza na montagem utilizada na capa do livro, reproduzida na edição brasileira, que destaca o Presidente estadunidense George W. Bush como um mulá, insinuando de maneira sarcástica a presença de crenças igualmente radicais na elite conservadora representada pelos republicanos em Washington e pelos ideólogos do livre-mercado em Wall Street e na City londrina.

A obra está dividida em seções coerentes com o seu subtítulo – cruzadas, jihads e modernidade – e apenas na última são enfatizadas as conseqüências dos atentados de setembro. Em "Mulás e Hereges", Tariq Ali brevemente narra suas experiências em um Paquistão multiétnico, trata das origens do Islã, das cruzadas e conflitos religiosos com o cristianismo ocidental após o surgimento e a consolidação do império islâmico, concluindo " (...) em um mundo sem nações ou nacionalismos, a identidade islâmica chegava perto de uma nacionalidade universal",p.92.

Em "Cem anos de Servidão", discorre sobre o domínio do Estado otomano na península árabe e na Crescente Fértil, bem como sobre o nascimento das idéias puritanistas e ortodoxas do wahhabismo, interpretação radical da lei muçulmana. O declínio do otomanismo, que coincidiu com a ascensão do imperialismo europeu, fez mais tarde surgir a luta anticolonialista por uma nação árabe unida, sustentada desde o Egito por Nasser e abandonada posteriormente por Sadat. As guerras mundiais que salientaram o sionismo e resultaram na emergência dos Estados Unidos como potência mundial, além das interferências soviéticas no ambiente da Guerra Fria, servem nessa obra para entender as razões pelas quais os palestinos se tornaram o "filho descartado" da história. O antiamericanismo no mundo islâmico se fortaleceu com a queda do regime do Xá no Irã, que levou os Estados Unidos a armar o Iraque de Sadam Hussein, o "amigo anticomunista do ocidente", para fazer frente à ditadura clerical iraniana.

Em "Os Ermos nucleares do Sul da Ásia", Tariq Ali escreve sobre as perseguições aos intelectuais islâmicos dissidentes; conflitos na região da Caxemira entre os paquistaneses, aliados dos norte-americanos na luta contra o Exército Vermelho no Afeganistão e a frágil democracia da Índia; a guerra que dividiu o Paquistão, repleto de generais famintos pelo poder, e originou Bangladesh; a luta antiimperialista de Nehru, o fundamentalismo hindu e o nacionalismo indiano; a ascensão e a queda da facção talibã em Cabul e as novas guerras sectárias.

Com o objetivo de demonstrar que o fundamentalismo do mundo islâmico encontra um equivalente, o autor apresenta uma síntese da história do imperialismo norte-americano, destacando as intervenções externas e o apoio a golpes de Estado, a presença de fundamentalistas evangélicos, seitas cristãs pentecostais, violentos lobbies antiaborto, poderosas associações pró-armas e outros grupos fanáticos naquele país. O capítulo conclusivo, uma análise curta e, nesse caso, insatisfatória, da guerra contra o terrorismo, compreende uma carta em resposta às indagações de um jovem muçulmano. O leitor, contudo, é presenteado no apêndice com texto do historiador Isaac Deutscher sobre a guerra árabe-israelense, além de mapas dos conflitos do mundo islâmico. Fundamentalismo, enfim, é observado nesse livro a partir de perspectivas distintas, nas quais a história se constitui fonte de fatos que corroboram a percepção do radicalismo secular dos mulás do Ocidente.

*11 de setembro**

Virgílio Caixeta Arraes**

Os Estados Unidos ocupam atualmente a primazia do sistema capitalista, tendo sucedido a Grã-Bretanha, após a I Guerra Mundial. Dentro da tradição do pensamento braudeliano, ao ocupar o lugar central desse sistema, aquele país passa a emanar padrões de comportamento que influenciam todas as esferas humanas, principalmente a econômica. Em função da extensão de suas atividades, todas as ações do país hegemônico geram efeitos globais, o que leva a choques políticos, culturais, sociais, econômicos em diversas áreas do planeta.

Apesar de não ser um discípulo da linha de Braudel, o provocativo e instigante Noam Chomsky, professor do Massachussetts Institute of Technology e membro da Academia de Artes e Ciências dos Estados Unidos, procura analisar os possíveis efeitos e causas além do atentado de 11 de setembro de 2001 em si, que, para ele, foi "(...) um horrendo crime terrorista", p.104. O livro é uma coletânea de entrevistas para a imprensa internacional, poucas semanas após o fato, constituindo-se em interessante registro das primeiras avaliações da tragédia.

Ao longo do livro, o autor discorre sobre as raízes do grupo, instalado no Afeganistão, embora de origem multinacional, que perpetrou o ataque, ligando-o à resistência contra os soviéticos no próprio país em 1979. De cunho fundamentalista e com o apoio inicial de países árabes e dos Estados Unidos, o grupo passaria, mais tarde, a agir por conta própria e teria desfechado ações como o assassínio do Presidente do Egito, Anuar Sadat, em 1981, por exemplo, e estaria tendo atualmente presença em áreas de conflito militar em que estejam envolvidas populações islâmicas, como na Bósnia, Chechênia, oeste da China, Caxemira, norte da África e outras.

Para Chomsky, a melhor reação seria conduzir os acusados a um tribunal internacional, provavelmente, sob os auspícios da ONU. No entanto, por parte do governo americano, houve o prevalência de acelerar o processo de militarização, com intensa ação sobre o Afeganistão, o que defenestraria do poder o Talibã, seu antigo aliado, entrando a Aliança do Norte. O apoio à luta norte-americana, por parte de potências como China, Rússia e Turquia, por exemplo, decorreria do fato de que estas nações poderiam utilizar-se da mesma argumentação para enfrentar seus problemas secessionistas.

Mesmo assim, muitos viram os EUA procedendo de forma unilateral, ao colocar a questão do terrorismo de forma dicotômica: ou apoiava-se o país ou estar-se-ia contra ele. Para o autor, esse modo de atuar foi acentuado pela atual gestão, mas já era registrado antes, inclusive durante a gestão do Partido Democrata, p.132-3. Deste modo, o posicionamento norte-americano realçaria o caráter anárquico das relações internacionais, em que potências de primeira ordem atuariam de acordo com seus interesses, podendo, eventualmente na visão do autor, utilizar-se de formas consideradas terroristas pelas suas próprias definições internas, cap.6.

Encerra-se a obra com dois apêndices: relatório da Chancelaria norte-americana sobre organizações terroristas internacionais, que inclui 28 grupos; referência bibliográfica sugerida pelo autor com questões ligadas ao tema do livro, direta ou indiretamente. Destaque-se que o autor constantemente cita trechos, de editoriais, por exemplo, de jornais importantes como o New York Times e Wall Street Journal para embasar suas reflexões.

---

* CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 151 p. ISBN: 8528608611.

** Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB – e doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da mesma instituição.

*Petróleo, poder e continuidade: a política exterior nigeriana**

Rafael Schleicher **

Desde sua independência em 1960, o cenário político interno da Nigéria foi caracterizado por períodos alternados entre governos civis e militares. Durante dez anos de governo civil, 1960 a 66, o breve período 1980-84 e vários outros de governo militar, muitos representantes se revezaram na intrincada tarefa de governar e formular uma política externa calcada na percepção do "interesse nacional". Constrangimentos internos e pressões derivadas do meio internacional aliadas às personalidades aparentemente difusas dos representantes de Estado na Nigéria teriam criado para scholars importantes, como Olajide Aluko, políticas externas peculiares para cada período considerado. A política exterior nigeriana seria então o resultado de reorientações políticas, da natureza civil ou militar de cada governo.

Coincidentemente, tanto Okon Akiba quanto Ibrahim Gambari rejeitam esta proposição e procuram na economia o suporte para explicar a continuidade da política exterior nigeriana. Akiba demonstra a aparente contradição existente entre a mudança e a continuidade na política externa da Nigéria. Ele propõe que a política externa deste país foi, e ainda é, marcada por mudanças em forma, mas não em substância como várias correntes de estudo avançaram. Daí deriva seu principal argumento: não houve mudanças em substância na direção da política externa. A aparente contradição entre mudança-continuidade existe devido à consideração exagerada de mudanças em forma ou estilo cosméticas. Diz ele que a estrutura da economia política determinou ao longo da história a orientação da política externa do país, ou seja, a história de sua política externa teria sido marcada pela defesa dos interesses de uma elite local formada na época colonial que prima pela manutenção do status quo, como uma forma de resguardar os interesses dos capitais local e estrangeiro.

Gambari vai além e assinala que o petróleo, talvez o maior instrumento do poder nigeriano, é também sua fonte de fraqueza e o principal motivo pelo qual a teoria não coincide com a prática na política externa. Considerando o fato que os países do Ocidente são os maiores compradores do petróleo nigeriano, principalmente EUA e Inglaterra, é inevitável a constatação de que a sua política externa quase sempre refletiu a situação do petróleo no mercado mundial e a dependência de bens de consumo e de capital importados dos países desenvolvidos, dada a alta especialização de sua economia.

Considerando que a socialização dos benefícios gerados pela exportação do petróleo é quase inexistente, Gambari, assim como Akiba, frisa que a criação de um "consenso nacional" vai refletir necessariamente os interesses dos "altos círculos elitistas", que, por serem étnica, historica ou ainda religiosamente discordantes, criam a busca por padrões e objetivos consensuais e dão um caráter unitário à evolução da política externa nigeriana desde a independência. Cria-se um alinhamento econômico e um não alinhamento político, ou seja, uma dependência das importações e da ajuda econômica do Ocidente coexistindo com independência e a busca de consenso interno quanto aos objetivos na política externa. Em suma, a política exterior da Nigéria independente foi marcada pela continuidade em relação aos seus objetivos, embora sua forma ou seu modo de execução tenha sofrido pequenas alterações durante os diferentes regimes internos. A economia política seria o

---

* GAMBARI, A. Ibrahim. *Theory and Reality in Foreign Policy Making – Nigeria after the Second Republic*. New Jersey: Humanities Press International INC, 1989. ISBN: 0-391-03603-3. 260 p., e de AKIBA, Okon. *Nigeria Foreign Policy Towards Africa. Continuity and Change*. American University Studies, Series X, Political Science, Vol.45. New York, Peter Lang, 1998. ISBN: 0-8204-3371-3. 229pg

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).

carro-chefe para o entendimento dos objetivos de política externa. O petróleo, como conseqüência, é instrumental para a construção e entendimento destes objetivos.

É interessante notar que ambas obras, apesar da coincidência de suas abordagens, e de certa forma de suas conclusões, pertencem a períodos distintos da história da Nigéria. O livro de Gambari, particularmente, é um marco na produção sobre a política exterior nigeriana e pede uma contextualização histórica para entender a magnitude de sua importância.

O golpe militar de 31 de dezembro de 1983 pôs fim não só no segundo governo civil nigeriano, mas também na capacidade administrativa dos civis. Corrupção, fraudes eleitorais e o renascimento de um estilo de política que ficou conhecido na Nigéria como ethinic politics, uma política baseada no regionalismo e etnicismo, durante o primeiro governo civil, minaram a governabilidade e pavimentaram o caminho para a entrada do General Muhammadu Buhari. Tão logo ele assumiu, seus esforços se concentraram no balanceamento na composição política tanto do Supreme Military Council (SMC), o órgão de decision-making militar, quanto dos ministérios e de outros cargos federais. Buhari tentou evitar os problemas políticos herdados da administração civil anterior através da nomeação de personalidades civis e militares que serviram tanto na administração de Yakubu Gowon quanto na Murtala Muhammed-Olusegun Obasanjo (os três foram líderes durante o primeiro governo militar da Nigéria). O convite de maior destaque foi o da integração do General Obasanjo à junta militar do SMC. A intenção de Buhari era associar o novo governo militar ao prestigiado governo militar anterior de Muhammed e evitar rivalidades internas dentro da mesma estrutura de poder. A nomeação de Ibrahim A. Gambari, um civil e acadêmico, para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), representou a magnitude dos esforços empreendidos em direção a esta lógica de balanceamento de poder.

A obra de Gambari representa, então, o registro de uma parte da história oficial da política exterior e as percepções do primeiro acadêmico a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Quando Gambari assumiu esse ministério em 1984, deparou-se com sérios problemas estruturais descritos que afetavam a execução eficiente da política externa. Então, promoveu várias reformas que modificaram a estrutura de funcionamento do MRE. Quase todas elas tinham como objetivo tornar o Ministério o principal instrumento de política externa e realocar o efetivo diplomático de maneira que facilitasse sua execução, ou seja, Gambari tentou promover uma politização da política externa concentrando suas decisões no MRE. Em junho de 1984, Gambari apresentou uma proposta de quadro conceitual ao SMC que continha as principais diretrizes que a política externa nigeriana iria seguir no período. Este quadro conceitual ficou conhecido como Concentric Circles, uma ferramenta conceitual que entendia as decisões que são efetivamente tomadas na política externa como sendo fruto dos estímulos advindos dos ambientes externo e interno. Foi através da participação direta no governo que Gambari percebeu o impacto da concentração do processo decisório nos altos círculos elitistas e monolíticos.

A obra de Akiba, por sua vez, foi produzida durante um importante momento da Nigéria como membro da sociedade internacional pós Guerra Fria. Após a retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia sob o manto da South West African Peoples Organization (SWAPO), ambos em 1990, a África do Sul iniciou um processo rumo ao governo de maioria que se concluiria em meados de 1994. A conclusão do processo de transição na África do Sul foi de fato o divisor de águas entre os antigos princípios da política externa e o que viria constituir uma nova política externa nigeriana. Durante 34 anos, a Nigéria apoiou com maior ou menor intensidade as lutas dos movimentos de libertação na África Meridional denunciando ao mundo o regime de Apartheid. Subitamente, a Nigéria viu seu maior rival continental concluir a transição democrática eficientemente e passar a apoiar os movimentos pró-democráticos que atuavam em seu território e a militar em favor da transição política.

Os papéis entre África do Sul e Nigéria foram invertidos. O segundo passou a ser o pária do sistema internacional, pelo seu regime interno opressor e desvinculado dos princípios de direitos humanos. O episódio do

enforcamento do líder Ogoni Ken Saro-Wiwa, em 1995, que lutava contra a presença e exploração indiscriminada de petróleo na região dos River Delta, foi o exemplo mais contundente da pressão internacional contra o regime de Sani Abacha e os constantes adiamentos do retorno a ordem civil. Em fevereiro de 1999, a Nigéria inauguraria seu terceiro governo civil após a eleição de Olusegun Obasanjo.

Portanto, tanto Akiba quanto Gambari destacam a importância dos motivos econômicos para o entendimento das posições da política externa nigeriana ao longo de sua história independente. As contradições entre teoria/prática e continuidade/ruptura constituem duas maneiras de caracterizar o mesmo fenômeno: a independência política, porém dependência econômica. Ambas obras inserem-se em importantes momentos históricos da Nigéria. A de Gambari é um marco para política exterior nigeriana por demonstrar, através de sua experiência como Ministro das Relações Exteriores, que a verdadeira origem do decision-making é restrita a um pequeno círculo de pessoas e condicionada por imperativos econômicos. Já Akiba, escreve no fim de uma era da política exterior nigeriana e da África: a dos regimes ditatoriais e dos planos de industrialização nacional. A África entra no novo milênio com um novo paradigma sustentado pelo African Renaissance de Thabo Mbeki, atual Presidente da África do Sul. Ironicamente na nova estratégia de renascimento africano, os ex-párias do sistema internacional, África do Sul e Nigéria, são extremamente importantes.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

Um jovem clássico da historiografia brasileira de relações internacionais*

Antônio Carlos Lessa**

É fato que o pensamento brasileiro de relações internacionais conhece já há mais de duas décadas uma renovação que não encontra paralelos em outras áreas das ciências sociais, tocado de perto pela importância crescente do Brasil no cenário internacional mas, especialmente, arejado pelo dinamismo de uma produção científico-acadêmica que mostrou-se muito mais pujante do que a criação de programas de formação de recursos humanos para a área. Com efeito, ao longo desse período, a existência de duas únicas experiências de capacitação de quadros para a pesquisa e para o ensino (na forma dos programas de pós-graduação da Universidade de Brasília e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), poderia indicar que a reflexão especializada continuaria sendo por bom tempo ainda negócio entregue a diplomatas ociosos, a acadêmicos deslocados e a militares dedicados. Nesse sentido, não há dúvidas de que tal dinamismo é fruto especialmente da realização de visões estratégicas que se adiantaram ao surgimento de uma demanda que não era tão facilmente percebida, e que somente ganhou formas complexas no adiantar dos anos noventa.

Esse foi o caso da área de história das relações internacionais no Brasil, que tem o seu mais importante centro na Universidade de Brasília, cujos pesquisadores dedicaram-se longamente a consolidar as bases de um pensamento autenticamente nacional e, especialmente, de implementar uma completa revolução teórica e conceitual que permitisse o abandono das visões oficialistas e laudatórias da desusada História Diplomática e avançasse para explicar os desafios históricos da inserção internacional do país e as razões da dependência e das parcas margens de autonomia de que padecem não apenas o Brasil, mas todos os países da América Latina. Essa abordagem crítica e independente, que se ampara antes nas demandas da Nação do que nas razões do Estado, ganhou formas concretas em um ambicioso programa de pesquisa, que se dedicou a compreender as forças que movem as sociedades em suas permanentes interações com o meio internacional, os seus desígnios e os limites impostos pela conjuntura, como também os processos de decisão e o papel neles desempenhado pelos diferentes segmentos sociais, as dimensões psicossocial e econômica, que empurram os países para os desastres e também para o estabelecimento de profícuas e duradouras parcerias. Durante muito tempo, entretanto, sentiu-se a falta de um compêndio que sistematizasse tal evolução e fosse dado a consumo por parte das crescentes hostes de estudantes que vinham de ser formados nos programas de graduação e de pós-graduação da área que começaram a se multiplicar no Brasil na segunda metade da última década. Tal desafio foi magistralmente vencido com a publicação em 1992 da primeira edição da *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, livro que ganhou nova edição apenas dez anos depois, por obra do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI e da Editora da própria Universidade de Brasília.

As duas casas editoriais que reeditam o livro em questão têm grande responsabilidade na consolidação de um pensamento brasileiro de relações internacionais, agindo consistentemente no sentido de criar espaços de reflexão e de veiculação

* Resenha do livro de CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/ Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p., ISBN 85-230-0661-3.

** Professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

de estudos e pesquisas fundamentais para a área. O IBRI, organização não-governamental fundada em 1954 no Rio de Janeiro e desde 1993 instalada em Brasília, publica desde 1958 a Revista Brasileira de Política Internacional, que vem a ser o mais tradicional e consolidado veículo dedicado ao debate social sobre temas de relações internacionais, esforço ao qual se somou a partir de 2000 a publicação de estudos monográficos e de livros voltados ao ensino na área, em três séries de grande expressão, entre as quais a coleção "O Brasil e o Mundo", que é justamente inaugurada pela obra de Cervo e Bueno. A Editora da Universidade de Brasília, por seu turno, publicou desde o início dos anos oitenta obras clássicas de relações internacionais que jamais haviam sido traduzidas no Brasil, e que contribuíram para aumentar o interesse pela área e, evidentemente, para amparar o processo de capacitação das primeiras gerações de pesquisadores e profissionais integralmente formadas no país. Aliás, não seria exagerado afirmar que a UnB "criou" a formação em relações internacionais no Brasil, com o primeiro curso em nível de bacharelado, e os primeiros programas de pós-graduação, assumindo grandes responsabilidades na consolidação e na organização do ensino em todos os níveis no país.

Nesse grande esforço desempenhado pela Universidade ressalta-se o papel assumido desde as suas origens pelos historiadores das relações internacionais, grupo desde sempre liderado por Amado Cervo. Professor titular de História das Relações Internacionais, o decano da área na UnB é autor de livros que se tornaram fundamentais para a compreensão de aspectos da inserção internacional do Brasil e da América Latina, sobre o processo de decisão da política exterior (em que destaca-se a obra sobre o papel do Parlamento na política exterior do Império) e também de algumas das grandes parcerias internacionais do país (como os estudos sobre as relações do Brasil com a Itália e Portugal), além de dezenas de artigos e de participações em obras coletivas sobre aspectos teóricos e metodológicos da história das relações internacionais. O encontro de Cervo com Clodoaldo Bueno, outro decano da história das relações internacionais no Brasil, professor titular de História da Universidade do Estado de São Paulo – UNESP e autor de trabalhos seminais para a compreensão da relações exteriores do Brasil sob a República Velha, soa portanto, natural, e a sua obra conjunta, a *História da Política Exterior do Brasil*, deve ser vista como o coroamento de esforços institucionais e pessoais muito bem sucedidos na impressão de novos rumos na historiografia especializada.

Rompendo com a abordagem clássica da *História Diplomática do Brasil*, decantada pelas livros homônimos há muito esgotados do historiador Hélio Vianna e do geógrafo Carlos Delgado de Carvalho (publicadas respectivamente 1958 e 1959) que formaram gerações inteiras de diplomatas e de interessados na história da ação internacional do Brasil na crença de que os movimentos sutis dos gabinetes governamentais, os humores dos príncipes, a galhardia da espada, a força da canhoneira e os golpes impetrados por hábeis punhos de renda, constituíam os únicos e verdadeiros motores da ação internacional dos países, a obra monumental de Cervo e Bueno marcou definitivamente o pensamento brasileiro de relações internacionais, e emprestou contemporaneidade aos esforços de formação que se repetem

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em Via Mundi

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

nos bancos universitários. Com efeito, quando foi lançada em sua primeira edição a *História da Política Exterior do Brasil* já ultrapassava de muito os limites da interpretação estado-cêntrica e da história oficial, estabelecendo um novo paradigma para a reflexão especializada e para o ensino, e especialmente marcando a renovação da metodologia dos estudos de relações internacionais do Brasil.

Cuidam os autores de evidenciar os processos de natureza estrutural que se inserem na longa duração e que deram sentido às escolhas da Nação, como também estabelecem as responsabilidades assumidas pelos diferentes segmentos sociais e pelo Estado na conformação dos rumos seguidos pelo país, desde o processo de independência aos nossos dias. Essa história é construída para sustentar a trama complexa das relações internacionais do Brasil, demonstrar os seus objetivos de longo prazo, e como se produziram as resultantes de interesse nacional que impulsionaram os brasileiros na sua aventura internacional, que foram da busca do reconhecimento da nacionalidade, passando pelas demandas da consolidação do Estado nacional, pela promoção egoísta e auto-centrada dos interesses da agroexportação, até a conformação de interesses mais complexos, ligados à busca de insumos para sustentar o processo de modernização econômica. Nessa perspectiva, explicam a natureza supletiva da ação internacional, que presta-se a buscar no meio internacional condições para a realização do interesse nacional no plano interno, sejam maiores margens de manobra, apoios políticos, mão-de-obra, capitais ou tecnologias, adquirindo todo o sistema de relações internacionais do país (onde se incluem relacionamentos bilaterais, mas também a atuação nos foros multilaterais) um caráter francamente instrumental.

A visão da ação internacional do Brasil na longa duração, conforme proporcionada pela *História da Política Exterior do Brasil*, permite que se vislumbre os erros e os acertos nas interações do país com o meio internacional mas, especialmente, pela função supletiva demonstrada, que se conclua que tais vínculos podem ser o fator que impulsionou o desenvolvimento nacional em determinadas conjunturas, ou que o obstruiu, em outras. Do mesmo modo, são alinhados os fatores que explicam a gênese de valores e princípios que se tornaram tradicionais da ação internacional do Brasil, como a tradição anti-tratados e o juridicismo que se formaram como trauma de origem, consequência da política de buscar o reconhecimento da independência política a qualquer custo que se obrou a partir de 1822, e que fez com que se perpetuassem os laços da dependência econômica tradicional pelo menos até meados do século XIX. Por outro lado, a experiência que se acumulou no manejo com as grandes potências da época e as demandas do processo de consolidação do Estado nacional, ensinaram cedo aos brasileiros o realismo político como forma de compatibilizar o interno com o externo – levado às últimas consequências a partir do século XX, tal postura realista se converteria em um pragmatismo político que se tornaria característico da ação internacional do Brasil.

A nova edição da obra monumental de Cervo e Bueno chega em bom momento. A turbulenta década de noventa impôs um novo desafio para a análise da história da política exterior do Brasil, na medida em que assistiu-se à reversão de paradigmas tradicionais, processo no qual perderam-se a clareza e a objetividade que vinham caracterizando a ação internacional do país desde a década de trinta. Enquanto tentavam adaptar-se à "ordem global" , não apenas o Brasil, mas outros países da América Latina, ensaiaram novas prioridades e novas formas de ação. Privilegiou-se a abertura incondicional, sacrificaram-se conquistas históricas do momento período anterior e reverteram-se prioridades e formas de ação tradicionais em nome da adequação às expectativas dos grandes parceiros. Também foram criados novos eixos – uns há muito esperados, como aconteceu com a Argentina e com o Mercosul, e outros que impõem cautela, como a negociação da ALCA. Essa é a lição da principal incorporação da edição de 2002 da *História da Política Exterior do Brasil*, que em seu capítulo final examina as linhas gerais desse processo, onde se faz um julgamento circunspecto das reorientações

estratégicas impressas desde o advento do governo Collor, da sua confirmação pelos que lhe seguiram, mas especialmente da improvisações a que foi submetida a ação internacional do país desde então.

Não há dúvidas que a história construída por Cervo e Bueno, ainda que seja uma expressão da história do Brasil, é muito mais interessante do que o país que a produziu. Antes de mais nada, a política exterior do Brasil é muito mais sofisticada do que a dos seus vizinhos, guiando-se por interesses muito mais complexos, expressando sobretudo o descontentamento quase permanente dos brasileiros com o lugar que lhes estava reservado na comunidade das nações, traço que se tornou característico da ação internacional do país. Se comparada com a trajetória de outros países, torna-se evidente que os brasileiros perderam pouco e ganharam muito na sua aventura internacional, e está claro que o livro em questão empresta alta dose de inteligência à compreensão de movimentos e de processos em que a relação entre perdas e ganhos, sempre feita pela História, é favorável ao Brasil.

Cervo e Bueno trazem a lume em 2002, quando a comunidade de especialistas assumiu uma outra dimensão e se alastraram os cursos de graduação em relações internacionais, um livro que tem um impacto muito mais importante para a reflexão e para o ensino de relações internacionais no Brasil do que a primeira edição teve há dez anos atrás. Tem-se agora uma obra que, além de confirmar os acertos da revolução teórica e metodológica apresentada em 1992, chega para ensinar e alertar uma geração de quadros especializados numericamente muito superior – jovens profissionais que se situarão no mercado de trabalho nas interfaces entre o público e o privado, nas organizações não-governamentais, nos *think tanks*, nas empresas, nos sindicatos, na grande imprensa, enfim, que atuarão formulando políticas e defendendo interesses justamente dos atores sociais que perdem e ganham com os erros e acertos das interações do Brasil com o meio internacional. Que aprendam, pois, a ter em conta a magnitude desses interesses com o jovem clássico da historiografia brasileira de relações internacionais no qual se transformou o presente *História da Política Exterior do Brasil*.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília, que produzem constantemente resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais
Boletim *Via Mundi*
Departamento de Relações
Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
Brasil

*A formação da diplomacia econômica brasileira – as relações econômicas internacionais no Império**

Túlio Sérgio Henriques Ferreira**

Globalização, patentes, OMC e aviões brasileiros são alguns dos temas com crescente aparição nos meios de comunicação. Este fato já seria suficiente para que o leitor voltasse sua curiosidade para estes assuntos. Ainda, se se considerar que a compreensão destes tópicos será essencial para um melhor posicionamento do Brasil em um contexto de crescente internacionalização das sociedades, será fácil concluir que todo esforço na criação de uma opinião pública mais bem informada deverá ser bem recebido. A publicação da presente obra é uma dessas tentativas, sendo o primeiro de uma projetada trilogia que pretende avançar o estudo do tema até os dias de hoje.

Apesar de sua leitura demandar algum conhecimento da história imperial brasileira, a obra ajuda a reforçar a importância de alguns dos temas de política externa e interna que ainda estão à espera de solução pela sociedade brasileira. Ao buscar sistematizar o conhecimento sobre as relações econômicas internacionais do período que vai da transferência da corte portuguesa até o final do Império, o autor harmoniza seu discurso ao de Caio Prado Júnior considerando que os problemas atuais da nação já estavam definidos havia 150 anos. Aos leitores constrangidos, cabe concluir que a sociedade vem adiando a solução e mesmo o enfrentamento de muitos dos problemas apresentados pelo autor.

Paulo Roberto de Almeida escreve com a vontade de suprir a lacuna deixada pelos manuais disponíveis de história diplomática e de relações internacionais do Brasil que, pela sua ótica, deixam " (...) de lado, ou abordam perfunctoriamente, os fatores econômicos e materiais que poderiam explicar alguns aspectos da estrutura, das modalidades e das motivações da política externa durante o império", p.38. Ressalva, no entanto, a qualidade dos estudos acadêmicos especializados referentes ao tema, corroborando o pensamento de Sombra Saraiva que considera a Argentina e o Brasil como os países da América do Sul que possuem abordagens sistemáticas e de qualidade da história das relações internacionais. Assim, apesar de Almeida não ser uma acadêmico *strictu sensu*, a produção deste "espectador engajado" – para emprestar-se o conceito de Raymond Aron – contribui para o enriquecimento desta tradição de pesquisa.

Explique-se o "engajamento" do autor. Paulo Roberto de Almeida possui já consistente produção na área da relações internacionais, com destaque para reflexões sobre o MERCOSUL e o desenvolvimento do multilateralismo econômico contemporâneo. Paulista, graduado em Ciências Sociais e doutor pela Universidade de Bruxelas, Almeida ingressou na carreira diplomática em 1977 e hoje ocupa o cargo de Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington. Daí sua dupla faceta: pensador e executor da política externa nacional.

Tributário que é da escola francesa, Almeida buscará em sua interpretação histórica não a linha evolutiva dos acontecimentos, mas antes os nexos dos fatos, as permanências e rupturas dos processos e a busca pelas "causas profundas" dos acontecimentos. Assim é que ele persegue os fundamentos da diplomacia econômica no e, nem sempre, do Brasil. Não espere o leitor o desfile de datas em uma linha cronológica evolutiva, pois o esforço do ensaio é a busca de uma síntese explicativa destes fundamentos que informam as relações econômicas internacionais percebidas em suas permanências e descontinuidades.

---

* Resenha de ALMEIDA, Paulo Roberto de. A formação da diplomacia econômica no Brasil – as relações econômicas internacionais no Império. Brasília: FUNAG; São Paulo: SENAC. 2001, 680p. ISBN: 8573592109.

** Estudante do Curso de Especialização em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

O Chanceler Celso Lafer, na apresentação do texto, justifica tal abordagem pois: " (...) é difícil, senão impossível compreender as posições assumidas pelo Brasil, nos dias de hoje, em diferentes foros regionais e multilaterais, sem um retorno aos início do século XIX, quando estavam sendo forjados os fundamentos de sua moderna diplomacia econômica".

Almeida, entretanto, antes de buscar respostas, preocupa-se em bem perguntar. Diz Kant que a razão deve pesquisar a natureza "não como um aluno, que presta atenção a tudo o que se mestre decide contar-lhe, mas como um juiz, que obriga a testemunha a responder-lhe todas as perguntas que ele mesmo ache apropriadas a seu fim". Pode-se dizer que Paulo Roberto de Almeida foi um bom aluno e fez perguntas essenciais para a compreensão da atuação do corpo burocrático brasileiro responsável pela incipiente política externa brasileira imperial.

Suas conclusões, ainda que necessariamente impressionistas, poderiam resvalar no corporativismo ao denotarem posições como estas: "O Estado brasileiro imperial, em especial sua diplomacia, conseguiu ser mais avançado do que a sociedade que ele era suposto representar" ou " (...) uma simples comparação internacional, ainda que perfunctória, revelará certamente o caráter distintivo, isto é, para melhor, da diplomacia econômica do Brasil no século XIX", p.617.

Mas, talvez tendo em vista a lição de E. H Carr, Almeida entende que o "pensamento maduro combina objetivo com observação e análise". Por isso, ele busca sustentar seus argumentos com ampla pesquisa documental primária (relatórios anuais da antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros) ao mesmo tempo em que dialoga com vasta bibliografia secundária e apresenta anexos com cronologias, tabelas estatísticas e quadros analíticos que ajudam na compreensão e enriquecem o texto. Cabe ao leitor dialogar com este material e criar sua impressão do papel de nossa diplomacia.

Enfim, sendo o desejo o pai do pensamento, esta obra é o resultado da necessidade prática do diplomata em analisar sua atuação no presente. Sua trama alcança o passado e leva o autor à conclusão de que os momentos de continuidade da Política Externa suplantam os de ruptura. Sintetiza o pesquisador diplomata: "No caso da agenda modernizadora do Brasil, a carroça colonial convive com o moderno carro importado e o país tem de, na palavra de um de seus diplomatas, resolver ao mesmo tempo um problema de dengue e outro de informática", p.32-3. Quase profético.

*A Guerra do Paraguai**

André Luiz Ferreira Melo**

Não há verdade absoluta na História, portanto, não se pode afirmar que ela foi finalmente descrita na Guerra do Paraguai (1865-70), nos estudos de Francisco Doratioto, mas pode-se assegurar que ele realizou a melhor pesquisa e análise sobre esse episódio tão importante na história da América Latina. O autor, graduado na Universidade de São Paulo em Ciências Sociais e História, adquiriu seu título de mestre e de doutor na Universidade de Brasília, onde desenvolveu estudos sobre as relações entre Brasil-Império e Paraguai e, principalmente, sobre a guerra que envolveu ambos.

Nesse pequeno livro, o autor analisa o conflito brevemente, mas não deixa escapar os aspectos mais importantes. Faz um resumo de todo o processo que levou à guerra e também apresenta fatos importantíssimos para a compreensão de sua visão sobre o episódio. A obra pode ser entendida quase como um prefácio de tudo que o autor escreveu sobre o famoso conflito e esta é a sua importância ao adiantar, de forma clara e objetiva, os principais argumentos do autor, que culminariam em outro livro – *Maldita Guerra: a nova história da Guerra do Paraguai* [1].

O autor pode ser considerado um revisionista do revisionismo histórico. A guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai foi primeiramente interpretada de forma extremamente superficial, dando ênfase apenas à personalidade de Solano López, então Presidente do Paraguai. Esta personagem foi caricaturada como um sujeito sanguinário e assaz ambicioso, enquanto os seus opositores eram tratados como benfeitores. Surgiu então o revisionismo: corrente que procurou abordar a guerra segundo uma visão dependentista e uma metodologia mais marxista. As fontes primárias foram praticamente ignoradas. O resultado foi a exaltação do papel da Inglaterra, que foi descrita como grande manipuladora. Brasil e Argentina seriam apenas suas marionetes, que teria como objetivo interromper o processo de desenvolvimento econômico paraguaio, que supostamente feria seus interesses.

O autor critica ambas correntes. A primeira por personalizar a história e enxergar de forma determinante o papel do indivíduo. Como escreve: "O perfil dos personagens políticos e militares envolvidos na guerra explica a forma e o ritmo dos acontecimentos, mas não a sua motivação", p.78. Já a corrente revisionista é criticada por ele por fazer uma abordagem carente de base documental e de lógica. Esses autores afirmavam que a Grã-Bretanha induziu à guerra a fim de ter acesso ao mercado paraguaio; todavia, por que, então, Londres teria permitido a destruição desse mercado? Além disso, até mesmo a modernização paraguaia foi realizada graças aos investimentos britânicos. O principal autor a defender essa teoria do imperialismo britânico é León Pomer, que escreveu *A Guerra do Paraguai: a Grande Tragédia Rioplatense*[2].

Doratioto, ao contrário desses autores, busca as causas da guerra na dinâmica da construção dos Estados nacionais na região do Prata. Para chegar às suas conclusões, ele preocupou-se em analisar os mais importantes documentos sobre o episódio. Até a conclusão de sua última obra, pesquisou os arquivos do Itamaraty, da Espanha, Portugal, Uruguai e Argentina. Além disso, morou três anos e meio no Paraguai, onde se tornou membro da Academia de História.

O desenrolar do conflito é muito bem resumido nesta obra. A posição brasileira perante seus vizinhos platinos mostra-se preocupada em manter os seus interesses comerciais e, para isso, realizou alianças e tratados com os grupos oposicionistas de governos que não simpatizavam com o Império. Foi assim na Argentina, com Justo José Urquiza, caudilho que representava a oposição a Rosas. Posteriormente, a

---

* Resenha de DORATIOTO, Francisco. *A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 83p. ISBN: 85-11-02138-8

** Bacharelando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

[1] São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617p. ISBN: 8535902244

[2] São Paulo: Global, 1980. 332 p.

posição dessa personagem foi minimizada em relação ao Brasil quando Bartolomé Mitre, portenho, foi intitulado Presidente da Argentina, após a guerra contra as forças de Urquiza. Os interesses entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, então, passaram a ser convergentes: ambos os governos compartilhavam da ideologia liberal.

No Uruguai, o Brasil manteve uma posição de apoio aos *colorados,* grupo que fazia oposição ao governo *blanco.* A política do país em relação ao Uruguai foi fundamentalmente direcionada segundo os interesses dos gaúchos criadores de gado que possuíam terras no país vizinho ou faziam contrabando de animais do Uruguai para o Brasil. O governo imperial, que já havia rompido as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha nos momentos anteriores à guerra, chegou a invadir o Estado oriental, exigindo dos *blancos* a incorporação de *colorados* aos postos importantes na política do país.

Urquiza e o partido *blanco* aproximaram-se, então, do Paraguai. Os uruguaios, principalmente, procuraram a aproximação a fim de estabelecer o equilíbrio de forças entre as potências da região platina, já que Argentina e Brasil haviam feitos tratados de cooperação mútua e representavam perigo aos interesses dos *blancos.*

A declaração de guerra por parte do Paraguai ao Brasil, entretanto, como descreve o autor, não levou muito em conta a invasão do Brasil ao Uruguai. Solano López declarou guerra e invadiu o Mato Grosso confiando em seu exército e sabendo da má posição estratégica do Brasil na região, enquanto a Argentina não estivesse ativamente participando do confronto. López queria conquistar posição geopolítica privilegiada para negociar seus interesses. Ao ter seu pedido para cruzar o território argentino recusado por Buenos Aires, Solano López declara então guerra ao país. O Uruguai havia sido dobrado aos interesses brasileiros, deixando o Paraguai isolado numa guerra que durou cinco anos contra os outros três Estados da aliança.

A obra lança novas luzes sobre a história da política exterior brasileira. Evidencia os interesses do Império na segunda metade do século XIX e desmitifica a posição imperial britânica sobre a América Latina. Segundo a dinâmica e a construção dos Estados platinos e levando em consideração os interesses desses próprios Estados, Doratioto faz uma obra de grande coerência e importância para a historiografia brasileira.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – Nº 9 – Jul-Set – 2002 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br

Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil.1786-1888*

Tauana Almeida Siqueira**

Na comunidade científica especializada em meio ambiente, ao se elaborar uma pesquisa bibliográfica sobre crítica ambiental, existe uma tendência em se recorrer a obras teóricas mais recentes e, em sua maioria, desenvolvidas na Europa e América do Norte. A não recorrência ao passado crítico ambiental, em especial no Brasil, tem sua justificativa na escassez de estudos históricos sobre tal tema. A lacuna neste campo do conhecimento, corrobora para a construção de impressões baseadas apenas nos desenvolvimentos das últimas décadas. Revertendo estas tendências, há, nos últimos anos, um crescimento quantitativo e qualitativo das obras dedicadas ao estudo histórico das críticas e políticas ambientais.

É neste contexto de avanço no estudo do meio ambiente que se encaixa a obra de José Augusto Pádua, professor-adjunto do Departamento de História da UFRJ. O incentivo do autor em se aprofundar nesta área surgiu durante seus estudos contemporâneos sobre crítica ambiental. Em meio a suas investigações bibliográficas, ele deparou-se com textos antigos, escritos por autores como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Baltazar da Silva e Francisco Freire Alemão, o qual, surpreendentemente, já no século XVIII tratava de forma extensa e crítica o tema meio ambiente.

A obra se apresenta como uma coletânea de teses e idéias ambientais setecentistas e oitocentistas que possuem cunho político e econômico e foram elaboradas por este grupo de autores. Tais produções são apresentadas de forma resumida, crítica e cronológica, de maneira que se propicie a sustentação da tese central do livro, de que já havia "uma reflexão profunda e consciente sobre o problema da destruição do ambiente por parte de pensadores que atuaram no Brasil entre 1786 e 1888", p.10. De acordo com ele, esta percepção pôde desenvolver-se devido à formação de acadêmicos brasileiros na área e ao grau evidente da degradação do meio ambiente no país naquela época.

A importância dos autores apresentados para os estudos atuais se deve ao viés cientificista e pragmático de suas obras, diferente da visão naturalista e romântica predominante no século XIX. Estes autores formavam um grupo não institucionalizado, caracterizado principalmente pela coerência intelectual, pela raiz comum no "iluminismo luso-brasileiro" e pelo forte viés desenvolvimentista de todos os seus integrantes. Esta unidade se deveu, provavelmente, à sua formação comum: a Universidade de Coimbra.

Apesar de terem estudado na Europa e de fazerem parte de uma elite local, os membros deste grupo queriam um desenvolvimento autônomo para o país e viam o colonialismo como um mecanismo de destruição do patrimônio nacional devido à sua característica essencialmente predatória. As suas diferenças se apresentavam principalmente nas idiossincrasias pessoais; nas estratégias de exposição do tema; na seleção dos problemas enfocados; no grau de profundidade analítica; no grau de dramaticidade e urgência atribuído aos problemas ambientais; nas avaliações dos diferentes elementos sociais da época e suas influências na degradação do meio ambiente, como o progresso, o colonialismo e a escravidão .

Acompanhando a exposição das teses dos diversos autores, existem 4 fatores que servem de pano de fundo para todas as discussões. O primeiro é o contraste entre o cientificismo progressista – no qual se encaixam os autores apresentados – e o naturalismo

* Resenha de PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição. Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil. 1786-1888.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, 320p. ISBN: 8571106584.

** Bacharelanda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB.

romântico – predominante na literatura – como fontes totalmente diversas da crítica ambiental; O segundo contextualiza as discussões num período de grandes transformações urbano industrial, de expansão colonial européia e de consolidação da ciência como modo privilegiado de ver o mundo. Pádua apresenta estas mudanças como responsáveis pela gênese da sensibilidade ecológica no Brasil e no mundo; O terceiro reforça que a consciência ecológica das ex-colônias não é uma resposta exógena, tardia e regressiva ao mundo moderno. Este ponto é enfatizado durante as apresentações, de forma que se mostra que existiu no Brasil uma discussão ambiental independente e única; último trata da aparente incoerência entre a falta de implementação concreta das propostas racionalistas e pragmáticas do debate da destruição ambiental e a grande influência social e política de seus autores.

Durante a leitura da obra, pode-se concluir que é de certa forma inovadora, pois inaugura uma tendência nos estudos do meio ambiente: a história política e crítica ambiental no Brasil. Reavivar esta trajetória esquecida do pensamento brasileiro será importantíssimo para a reconstrução de um quadro completo deste campo do conhecimento, auxiliando inclusive a formulação de soluções para os problemas ambientais atuais.